

NAÇÃO E NACIONALISMO: uma abordagem sobre a construção da “identidade negra” brasileira

Laura Oliveira Motta¹

RESUMO: O presente artigo busca discutir, por meio da historiografia proposta, a relevância da noção de raça a partir de teorias sociais sobre nação e nacionalismos, na concepção de autores que entendem a nação como produto histórico de condições modernas. Para uma melhor compreensão, importa ponderar a relevância dos elementos disponíveis na modernidade para esses autores, a fim de averiguar sobre quais bases cada autor firmou seus argumentos e interpretações sobre a identificação cultural da nação. E assim perceber qual significação nos importa ao tratar o conceito de raça. Para tanto, percorremos historiografia clássica sobre a questão da nação e suas demandas, a discussão sobre a questão da raça na construção da cidadania brasileira e as novas perspectivas de uma abordagem pós-colonialista sobre as formas de reconhecimento da categoria racial.

Palavras-chave: Nação. Nacionalismo. Raça. Identidade Nacional.

NATION AND NATIONALISM: an approach to the construction of brazilian “black identity”

ABSTRACT: This article seeks to discuss, through the proposed historiography, an alternative of the race of race based on social theories about nation and nationalisms, in the conception of authors who understand the nation as a historical product of conditions. For a better understanding, it is important to consider the category of elements available in modernity for these authors, in order to find out on what basis each author has established his arguments and interpretations about the cultural identification of the nation. And so to understand what the meaning matters to us when dealing with the concept of race. For that, we went through classical historiography on the question of the nation and its demands, a discussion on the question of race in the construction of Brazilian citizenship and as new perspectives for a post-colonialist approach on the forms of recognition of the racial category.

Keywords: Nation. Nationalism. Race. National Identity.



Introdução

A historiografia sobre o tema da nação se constitui, como aponta Lloyd Kramer ², uma das forças mais decisivas da história moderna, por possuir demandas que devem ser analisadas cuidadosa e criticamente. Os trabalhos nessa área buscam, principalmente, entender e identificar o forte impacto da construção da questão nacional em aspectos políticos e econômicos. Mas, face à estas questões estruturais, é importante entender como demandas de identidade nacional tem relevância no papel sociocultural do indivíduo na sociedade. Assim, compreender a nação ligada à produção de um sistema ideológico atribuidor de identidade individual.

Neste sentido, podemos estabelecer uma diversidade de posturas teóricas face à formação de identidades nacional e individual. E também sobre o processo de construção da chamada “cultura nacional”, que se baseia não só em um conjunto de instituições, mas também em símbolos e representações.

Se entendermos a nação como algo que produz sentidos, isto é, ligada a representação de culturas, é coerente pensar no contexto brasileiro reflexões acerca do imaginário do sujeito negro. Nosso objetivo então será apresentar a importância atribuída à noção de raça e

¹ Doutoranda e mestre pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro participante do Núcleo de Estudos da Política e História Social, NEPHS- UFRRJ. ID Lattes: 7863-4671-1763-9958. E-mail: lauramotta1@hotmail.com.

² KRAMER, Lloyd S. Historical Narratives and the Meaning of Nationalism. In: **Jornal of the History of Ideas**, v.58, n. 3, p. 525-545, 1997.

mestiçagem na formação da identidade nacional brasileira desde meados do século XIX até meados do século XX, e o seu impacto sobre as construções identitárias da população negra. A questão aqui proposta não é o que vem a ser "raça" ³, mas sim suas implicações na constituição da identidade nacional, na tentativa de homogeneizar identidades grupais e um meio de justificar formas de segregação e diferenciação no seio da sociedade, além de sua relação com a cidadania dos indivíduos.

Primeiramente, procuramos identificar os elementos da nação e nacionalismo na concepção de teóricos como Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, que empreenderam noções clássicas sobre o conceito de nação e nacionalismo. No segundo momento, analisamos a construção nacional brasileira e o papel da raça nesse contexto. Por fim, pensamos as possibilidades dentro da perspectiva pós-colonialista sobre a identidade negra.

Nação e Nacionalismo: noções e espaço

Na perspectiva do autor Ernest Gellner⁴, nações e nacionalismo são exclusivamente resultado e condição da sociedade industrial. Para o autor, a sociedade industrial moderna, necessitando de uma população intelectualmente e tecnologicamente capacitada, considera o Estado Moderno como aparato único capaz de delegar tais funções. O elemento que importa observar sobre a questão nacional para o autor é a partilha de significados fornecido pelo “sistema educacional nacional moderno”⁵, que permitiu fixar aspectos como idioma, moeda e meios de comunicação uniformes, mas também, e sobretudo, assegurar uma cultura nacional homogênea.

O autor desvincula, por este viés, a constituição da nação apenas pelo critério de sentimento ou escolha individual, definida por uma identidade comum, mas sim produzida segundo condições históricas específicas.

Ora, o nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de fato se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado⁶.

Sob essa mesma égide, o historiador Eric Hobsbawm⁷ percebe também a nação, exclusivamente vinculada a um período particular, a modernidade. Corrobora a noção de Gellner sobre o nacionalismo, sendo "o princípio das unidades culturais homogêneas como a fundação da vida política"⁸. O autor, portanto, demarca que a nação moderna era parte da ideologia liberal, mas salienta, diferente de Gellner, que a nação não podia ser compreendida se não fossem levadas em conta as necessidades e os interesses das pessoas comuns. Hobsbawm

³ “De fato, a noção moderna de raça deriva do período que compreende os séculos XVII, XVIII e, principalmente, o século XIX, baseando-se na ideia da existência de espécies humanas biologicamente diferenciadas. Sob a influência de George Cuvier, anatomista comparativo francês, tais diversidades naturais o termo ‘raça’ passou a ser usado no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintos, tanto pela constituição física quanto pela capacidade mental.” COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno: uma análise hermenêutica dos Ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928**. 2003. 333 f. Tese (Doutorado em sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2003. p. 16.

⁴ GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

⁵ GELLNER, 1993, p. 59.

⁶ GELLNER, 1993, p. 77.

⁷ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁸ GELLNER, 1993, p. 125.

aponta que para os indivíduos “os prêmios de assimilação podiam ser substanciais”⁹, ou seja, os amplos privilégios da cidadania por parte daqueles que admitiam e buscavam a integração a uma nação.

Tomando como base a concepção dos autores, vemos que a nação era uma construção moderna, própria da era industrial, e que sua construção devia, portanto, ser analisada no quadro do contexto político, do desenvolvimento tecnológico, econômico e das necessidades do aparelho administrativo do qual emergia. O nacionalismo antecedia as nações, e não o inverso. Muitas vezes só o estabelecimento do Estado criava culturalmente a nação. Ele não necessitava apoiar-se numa língua, religião ou percurso histórico comum. Benedict Anderson, em *Comunidade Imaginadas*¹⁰, também apresenta a narrativa da nação em associação direta com a modernidade. Para o autor, o advento do Estado-nação foi possibilitado por variáveis, como o capitalismo tipográfico (livros e jornais) e alfabetização em massa. Visava assim, responder às necessidades das elites crioulas, que perpassa em homogeneizar culturalmente as suas populações até então fragmentadas. Para o autor, a nação pode ser compreendida como uma comunidade limitada, soberana e, acima de tudo, imaginada. Isso porque sempre haverá fronteiras finitas, pois seus atores, ainda que não se conheçam, compartilham signos e símbolos comuns, que os identificam como pertencentes a um mesmo espaço “imaginário.”

Esses esquemas teóricos delineados até o momento apontam que entender o nacionalismo como produto histórico de condições modernas é necessário para perceber as ações dos atores sociais e suas agências. Isto é, tanto a manipulação ideológica por parte das elites políticas, tanto como o papel das instituições, como o sistema educativo visto por Gellner. Ou até mesmo, como visto por Hobsbawm, os ganhos em relação aos direitos civis dos indivíduos¹¹.

Considerar estas perspectivas, e assim estabelecer a nação como produto do momento histórico da modernidade não implica, e aqui nos aproximamos da teoria de Anthony Smith¹², considerar que certos critérios historicamente tradicionais, como a noção de raça, foram elementos determinantes na construção da identidade nacional de um país. Percebe-se, na elaboração do autor, o conceito designado como etno-simbolista¹³, referente à ideia de que todas as nações têm núcleos étnicos dominantes, sendo, portanto, simplista concebê-las enquanto produtos politicamente e economicamente fabricados.

Lloyd Kramer¹⁴ aponta que os analistas do nacionalismo étnico se opõem as reivindicações nacionalistas que se dizem representantes de um ancestral racial, religioso e de comunidades linguísticas. Reiteram que a nação não era o fruto natural do amadurecimento de um conjunto de variantes culturais num determinado território (língua, religião, raça), mas da seleção e manipulação política dessas mesmas variantes. Porém, considera que algumas abordagens dão ênfase demais à ruptura entre as formas modernas e pré-modernas de identidade coletiva.

⁹ HOBSBAWM, 1990, p. 51.

¹⁰ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Editora Companhia das Letras, 2008.

¹¹ O autor aponta que as nacionalidades pequenas, e especialmente as pequenas atrasadas só tinham a ganhar fundindo-se em nações maiores, entre outros fatores por admitir em termos iguais os privilégios da cidadania das nações maiores. “Ninguém pode supor que não seja mais benéfico para um bretão ou para um basco ou um navarro francês ser...um membro da nacionalidade francesa admitindo em termos iguais aos privilégios da cidadania francesa” (Hobsbawm, 1990, 46).

¹² SMITH, Anthony D. et al. *Ethno-symbolism and nationalism: A cultural approach*. Routledge, 2009.

¹³ SMITH, 1993, p. 25.

¹⁴ KRAMER, Lloyd S. Historical Narratives and the Meaning of Nationalism. In: **Jornal of the History of Ideas**, v.58, n. 3, p. 525.

Desta forma, Smith apresenta suas considerações no seguinte trecho:

Enquanto fatores “objetivos” como o tamanho da população, os recursos econômicos, sistemas de comunicação e uma centralização burocrática jogam obviamente um importante papel na criação do ambiente das nações (ou, mais comumente, estados, os quais os ajudam a formar nações), eles nos dizem pouco sobre as qualidades distintivas e o caráter da comunidade nacional que emerge. Por isso devemos nos voltar para fatores mais “subjetivos”: não as mais efêmeras dimensões coletivas do desejo e das atitudes, mas aos atributos culturais mais permanentes da memória, valores, mitos e simbolismo. [...] Só uma abordagem mais “simbólica”, baseada na comparação histórica dos elementos constitutivos duráveis das comunidades étnicas e das nações nos permitirá construir um quadro de relações históricas e sociológicas entre essas comunidades e as nações.¹⁵

Entendemos assim, a importância do estabelecimento de uma cultura nacional, baseada na relação entre elites e massas. Em que a agência só tem êxito quando é pautada em elementos culturais tradicionais daquele grupo, ou seja, refuta a ideia de que a escolha dos elementos tidos como nacionais é aleatória.

Dessa forma, a etnia torna-se fator importante para os atores sociais, através da noção de raça - conceito que abarca noções de “ancestralidade comum, solidariedade e fraternidade entre iguais, e principalmente identidade opositiva”¹⁶. A noção de raça, em alguns contextos de tradição como, por exemplo, o contexto brasileiro, torna-se um elemento estruturante, uma vez que acomoda como unidade a confluência de três raças “(africanos, europeus e ameríndios)” e possibilita a um grupo específico estabelecer esta unidade e conservar crenças e instituições para o domínio do meio social¹⁷. Ao passo que é propagado como tradição, torna-se importante perceber sobre quais elementos se constitui o imaginário nacional brasileiro, e sobre quais bases se fundamentou a questão da “identidade negra” nesse imaginário¹⁸.

O discurso sobre a identidade nacional brasileira foi produzido por importante parcela da elite política e intelectual, em meados do século XIX, no momento de pós-independência, período de rompimento com a antiga colônia e constituição de um novo corpo político e autônomo¹⁹. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840, é um momento especialmente significativo nesse processo de constituição do imaginário da nação, como nos aponta Lilia Moritz Schwarcz:

¹⁵ SMITH, 1993, p. 3-4 apud COSTA 2003, p. 192.

¹⁶ SMITH, 1993, p. 191.

¹⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. **Memória Americana**, v. 16, 2008. p. 67.

¹⁸ Utiliza-se “identidade negra”, entre aspas, para enfatizar que essa identidade não significa um dado em si da realidade. Pois, de acordo com Stuart Hall, as identidades culturais na pós-modernidade são híbridas, movidas por mudanças diversas, o que torna praticamente impossível afirmar que alguém possui uma identidade fixa. (HALL, 2006, p. 86). Ao contexto específico brasileiro merece ainda mais ponderações vistos as marcas do processo de mestiçagem, que teve como base a ideologia do branqueamento construção social feita pela elite intelectual brasileira, profundamente influenciada pelas teorias raciais europeias e norte-americanas, buscava forjar uma aparente aproximação da cor e dos traços da raça branca. (MUNANGA, 2008, p. 58).

¹⁹ Consideramos aqui a abdicação do imperado português D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, como importante paradigma histórico de construção nacional, uma vez que data a autonomia a um soberano estrangeiro vinculado a antiga metrópole. (MOREIRA, 2008, p. 67).

Criado logo após a independência política do país, o estabelecimento carioca cumpriria o papel que lhe fora reservado, assim como os demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.²⁰

Por meio da constituição desses intelectuais, a história brasileira deveria ser a história do encontro, do processo de formação de uma população mestiça e do aperfeiçoamento dessa gente por meio da liderança civilizadora do branco.

Conforme observou o historiador Ilmar Mattos²¹, no Rio de Janeiro imperial era utilizado com frequência o termo “nação” para identificar os escravos negros e ameríndios. A partir dessa observação, a utilização do termo “nação” para indicar os contingentes escravizados, permitia aos brasileiros, isto é, a “boa sociedade”, identificar de forma distintiva a “sua nação”. A nação brasileira com os atributos que a distinguiam, dentre os quais se destaca o pertencimento ao conjunto das nações civilizadas.

Para se colocar dentro dos debates teóricos europeus de oposição ao escravismo, essa elite intelectual qualificava a escravidão e o negro como o mal necessário, frente à inviabilidade de trabalho dos índios. Segundo Mattos, a condução da nação brasileira era representada na combinação atribuída à propriedade e a liberdade fundada por matrizes raciais. Os brancos, ou como autor define, a boa sociedade, que portavam essa associação, organizavam as hierarquias sociais, estabeleciam as noções de dependência na sociedade e portavam a plena cidadania, livres e iguais juridicamente.

Desta forma, podemos situar como momento central na discussão sobre a construção da identidade nacional do Brasil, o fim do sistema escravocrata, em 1888. Neste sentido, o desafio era pensar como inserir na identidade nacional brasileira, “o servilismo do negro, símbolo de atraso e degradação do Brasil”²².

A historiadora Vânia Moreira vai apontar, neste processo, a influência das teorias raciais europeias e norte americana, em meio a busca de uma “solução” para o estabelecimento de uma cultura unificada, a fim de delimitar a identidade nacional brasileira. Para a autora, a solução se encontraria numa “proposta eugenista” que visava não só o branqueamento nacional, na sua forma biológica, via miscigenação, mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, por meio da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa²³.

Desta forma, a crítica à instituição escravista, como também a incorporação dos negros como cidadãos, não implicava, necessariamente, uma igualdade étnica na construção de uma nação civilizada. Almejava-se, assim um processo de embranquecimento físico e cultural do povo brasileiro, que resultou na promoção da mestiçagem²⁴. Por esta perspectiva “o ideal nacional é, na verdade, uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira.”²⁵.

Embora este projeto de nação tenha sido abandonado em meados do século XX, segundo Moreira, a ideologia que o influenciou foi internalizada pela população brasileira,

²⁰ SCHWARCZ, 2002, p. 30 apud MOREIRA, 2008, p. 67.

²¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial** (1831-1870). v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 13-51. 2009.

²² MOREIRA, 2008, p. 71.

²³ MOREIRA, 2008, p. 72.

²⁴ MOREIRA, 2008, p. 73.

²⁵ MOREIRA, 2008, p. 73.

trazendo à tona acentuadas repercussões na atualidade, sobretudo no que diz respeito ao desejo de muitos mestiços de ingressar na identidade branca, tida, historicamente, como superior.

Essa problemática atuaria, então, negativamente sobre a construção de uma identidade política mobilizadora em defesa da cidadania plena da população negra, bem como na sua marginalização, ou mesmo exclusão, das esferas mais importantes da vida social²⁶. Neste panorama, vemos a problemática da afirmação de uma cultura homogênea dentro dos limites do Estado-Nação, pela sua ação política e legal, o que implica dizer que o reconhecimento dos direitos de cidadania não significa, necessariamente, exercê-la de forma plena.

“Identidade Negra”: perspectivas de heterogeneidade

Percebemos, até aqui, o caráter singular que a noção de raça teve no processo de construção nacional brasileira em busca de um caráter hegemônico para a nação. Mas será significativo avaliar, também, como as questões em torno deste caráter hegemônico se relacionam com as identificações dos grupos sociais no sentido de unidade cultural. E assim abordaremos essas implicações a partir da “identidade negra”.

Para isso interessa-nos as elaborações de pensadores que vêm contestando a identidade nacional estabelecida, ao passo que reivindicam o reconhecimento de identidades plurais. Refletem também na possibilidade de organização desses grupos em políticas de identidade, isto é, formas de ações para atuarem politicamente no que tange as suas diferenças.

Nas concepções de Stuart Hall²⁷, é necessário observar a construção da identidade nacional ligada a processos de perdas e violências simbólicas, e no ocultar das diferenças frente à ideia de unidade. Hall desconstrói a ideia de cultura nacional unificada, argumentando que uma identidade nacional não pode ser única e exclusiva em decorrência das diferenças existentes numa mesma nação, como raça, etnia e gênero²⁸.

O autor aponta que, ao contrário do sujeito do iluminismo, visto como possuidor de uma identidade fixa e estável, o sujeito pós-moderno caracteriza-se por sua identidade aberta, contraditória, fragmentada, inacabada²⁹. Ainda assim, evidencia que as bases fundadoras da identidade nacional continuam a influenciar a identidade cultural das pessoas. “Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas.”³⁰.

Sugere-se, assim, na perspectiva da nossa elaboração, a influência da ideologia do branqueamento como imaginário social, significativo do processo de construção identitária da população negra. Embora seja notório um movimento de instabilidade da questão nacional perante as redefinições sobre as identidades, são relevantes as concepções que indicam a sua necessidade frente à noção de cidadania plural. O autor David Miller³¹ afirma ser pertinente pensar a nação como meio de conjugar os indivíduos sobre as bases do direito. Desta forma, haveria uma relação direta entre identidade pessoal e identidade nacional. Mas ela deveria se

²⁶ PANTA, Mariana. “Identidade Nacional” Brasileira Versus “Identidade Negra”: Reflexões sobre Branqueamento, Racismo e Construções Identitárias. In: **II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO**. 2015. Ponta Grossa. *Anais do II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO: Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI*, 2015. p. 1-13.

²⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Loum, Ed. 4, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

²⁸ HALL, 2006, p. 59.

²⁹ HALL, 2006, p. 46.

³⁰ HALL, 2006, p. 76.

³¹ MILLER, David. In defence of nationality. In: **Journal of Applied Philosophy**, v. 10, n. 1, p. 3-16, 1993.

dar por meio de direitos diferenciados. Não seria mais suficiente, em âmbitos de cidadania, igualar os indivíduos, ou seja, é preciso pensar em formas de valorizar e reafirmar as especificidades de um grupo.

Homi Bhabha se coloca de forma pertinente para pensar essas motivações e desafios, uma vez que percebe o presente como possibilidade de contestar as imaginações fixas que certas nacionalidades colocaram. E isto é possível porque, para o autor, pensar uma identidade é pensar o seu caráter performático, produto de relacionamentos e da interação. “O presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e futuro [...] estabelecendo uma concepção do presente como o tempo do agora”³². Para o autor, a construção nacional e suas questões identitárias escapam da noção de homogeneidade, pois as “narrativas nacionais”³³, com seu caráter pedagógico e definidores de cultura, não dão conta de perceber a complexidade da performance, da atuação.

Nossa tarefa, entretanto, continua sendo mostrar como a intervenção histórica se transforma através do processo signifiante, como o evento histórico é representado em um discurso de algum modo fora do controle. [...] Isso porque o crítico deve tentar apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico³⁴.

Partha Chatterjee reafirma a perspectiva de que a nação não pode ser compreendida em termos homogêneos, pois argumenta sobre a heterogeneidade do tempo da modernidade. Baseado na ambiguidade do povo na construção da nação, ao mesmo tempo como objeto de uma “pedagogia nacionalista”, isto é, a produção de signos que conferem homogeneidade cultural e política à nação, e como sujeito de atuação na criação da unidade³⁵. Interessante perceber, nas elaborações do autor, a perspectiva de que grupos subalternos reivindicariam uma nova orientação política que abarcasse a experiência plural e a diversidade da nação. Em termos políticos é pensar que as noções de direitos civis em bases universais, ou seja, uma cidadania igualitária, não permite a plena participação das minorias dentro da sociedade. Para o autor, “o slogan da universalidade é quase sempre uma máscara para cobrir a perpetuação das desigualdades”³⁶.

Estas perspectivas são de fato tocantes à questão da “identidade negra” brasileira. Pelas considerações de Mariana Panta não é possível afirmar o sentimento de uma identidade coletiva no movimento negro brasileiro em suas bases populares, apesar do crescente processo de mobilização. Isso perpassa pela opressão sofrida e o reconhecimento errôneo cuja projeção tem consequência depreciativa, distorcida e redutora.

De forma esclarecedora, o autor Kabengele Munanga³⁷ aponta:

³² BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.p. 23.

³³ BHABHA, 1998, p. 205.

³⁴ BHABHA, 1998, p. 34.

³⁵ CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. EdUFBA, 2004. p. 73.

³⁶ CHATTERJEE, 2004, p. 90.

³⁷ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

[...] nos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX e meados do século XX pela elite brasileira. Essa ideologia, caracterizada, entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos.³⁸

Desta forma, o autor Charles Taylor³⁹ irá apontar para a importância do reconhecimento a partir de uma nova compreensão da identidade individual. Segundo o autor, esse processo ocorre ao reconhecer que a identidade pode ser “formada ou mal formada”⁴⁰ no curso do nosso contato e projeções com o outro. Essa implicação, contudo, não abrange a esfera pública do direito, sendo ainda consenso “uma política contínua de igual reconhecimento”⁴¹, estabelecido desde a modernidade. Esta premissa afirma a inclusão dos indivíduos tendo por base a igual cidadania. Uma perspectiva que, segundo o autor, relaciona-se de maneira cega com as diferenças. Taylor chama atenção para a possibilidade contemporânea da “política das diferenças”⁴², onde o que se procura não é o reconhecimento de todos os cidadãos como iguais, mas o reconhecimento das diferenças entre esses mesmos cidadãos, em razão de promover a particularidade, tal como a redefinição socioeconômica. “A reprovação que a segunda faz da primeira é a de que ela nega a identidade ao impor às pessoas uma forma homogênea que é infiel a elas”⁴³.

Considerações Finais

Por este percurso percebemos que a inclusão, portanto, deve demandar um particularismo, pois as minorias não se encontram em situações paritárias de direitos. Em suas elaborações, Will Kymlicka⁴⁴ argumenta que o “nacionalismo cívico”, esta forma igualitária de direitos civis e políticos, não articula as demandas desses grupos, e vê duas possibilidades: os direitos especiais de representação política e os direitos poliétnicos. O primeiro diz respeito à defesa da proporcionalidade da representação tanto na reserva de lugares para os membros das minorias na política, como em meios de reconstrução e interferência no processo de decisão pública, tocante ao caso dos negros, na reivindicação de cotas.

O segundo demarca a preservação da diferença dentro do contexto das políticas públicas do Estado, como o caso da regularização fundiária dos quilombos, pela necessidade de preservação das expressões culturais típicas das comunidades e de seu modo de vida. Ao considerarmos a influência destas elaborações na atualidade, é pertinente discutir, também, a partir dos movimentos negros contemporâneos, as motivações para a construção de uma “identidade negra” e seus principais desafios.

A análise aqui proposta sobre a nação foi importante para a compreensão da criação da identidade nacional brasileira ao depreender sobre a identidade étnica negra neste espaço. Se para os autores que acreditam que a condição da nação moderna recai em seu caráter homogêneo, a identidade nacional brasileira, em termos de unidade, foi construída, no que tange a acomodação do negro, por um processo de identificação deturpada da autoimagem negra. Determinante neste sentido foi o ideário do branqueamento no processo da mestiçagem, estruturada em meados do século XIX até meados do século XX.

³⁸ MUNANGA, 2008, p. 15.

³⁹ TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Edições Loyola, 2000.

⁴⁰ TAYLOR, 2000, p. 241

⁴¹ TAYLOR, 2000, p. 249

⁴² TAYLOR, 2000, p. 249.

⁴³ TAYLOR, 2000, p. 254.

⁴⁴ KYMLICKA, Will. **Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights**. Clarendon Press, 1995.

Segundo Munanga, este processo atingiu a subjetividade da população negra a tal ponto que o próprio reconhecimento do ser negro é um desafio. Em decorrência desse auto reconhecimento distorcido, tornou-se mais complexo levantar demandas de representatividade e plena ascensão da cidadania ao povo preto. Ainda é bastante notório perceber as profundas desvantagens da população negra, sobretudo no que diz respeito a seu processo de construção de uma identidade política coletiva.

Contudo, já é possível notar as crescentes reafirmações da “identidade negra” ao assumir seus traços e identidades raciais. Um exemplo disso é a afirmação dos cabelos naturais, sejam crespos ou cacheados, que passaram a ser vistos como símbolos de resistência a representação do meio social, pelas constantes mobilizações do movimento negro no Brasil e no mundo⁴⁵. Ainda assim, compreende-se a chamada “identidade negra”, no Brasil, como um processo identitário peculiar, no qual para alguns sujeitos tornar-se negro é o mais importante.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Danise Bottmans, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. EdUFBA, 2004.
- COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno: uma análise hermenêutica dos Ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928**. 2003. 333 f. Tese (Doutorado em sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2003. p.16.
- GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Loum, Ed. 4, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1990, 1990.
- KRAMER, Lloyd S. Historical Narratives and the Meaning of Nationalism. In: **Jornal of the History of Ideas**, v. 58, n. 3, p. 525-545, 1997.
- KYMLICKA, Will. **Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights**. Clarendon Press, 1995.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: Grinberg Keila e Salles Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial (1831-1870)**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 13-51. 2009.

⁴⁵ O processo aqui apontado é delineado por Stuart Hall ao redor de estratégias como o rastafarismo da juventude afro-carinenha e o signifiante black no contexto britânico, através da reafirmação cultural seja étnica, linguística ou mesma fisicamente a fim de fornecer um novo foco de identificação em resposta à experiência do racismo cultural e da exclusão. (HALL, 2000, p. 85-86).

MILLER, David. In defence of nationality. In: **Journal of Applied Philosophy**, v. 10, n. 1, p. 3-16, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

PANTA, Mariana. “Identidade Nacional” Brasileira Versus “Identidade Negra”: Reflexões sobre Branqueamento, Racismo e Construções Identitárias. In: II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO, Ponta Grossa. **Anais do II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO: Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI**, 2015. p. 1-13.

RENAN, Ernest. O que é uma nação. **Revista Aulas**: Unicamp, São Paulo, v. 4, 1997. Disponível em < <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em 12 de jul. 2014.

ROVISCO, Maria Luís. Reavaliando as Narrativas da Nação–Identidade Nacional e Diferença Cultural. In: **Actas do IV Congresso Português de Sociologia–Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos**. 2000.

SMITH, Anthony D. et al. **Ethno-symbolism and nationalism**: A cultural approach. Routledge, 2009.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. Edições Loyola, 2000.

Recebido em 29 set. 2020
Aprovado em 08 out. 2020